



EXCLUSÃO SOCIAL: DIÁLOGO ACERCA DOS CATADORES DE RECICLÁVEIS DA AGEOLD – DOURADOS/MS

**SOCIAL EXCLUSION: DIALOGUE ABOUT COLLECTOR OF RECYCLABLE
OF AGEOLD – DOURADOS/MS**

**EXCLUSIÓN SOCIAL: EL DIÁLOGO SOBRE RECICLADORES DE
AGEOLD - DOURADOS/MS**

Ricardo Fagner Souza da Silva

Professor da Escola Estadual Manoel Ferreira de Lima – Rua Bruno do Couto, 541,
CEP: 79150-000. Maracaju-MS.
e-mail: ricardofagner_@hotmail.com

Alexandre Bergamin Vieira

Professor. dos cursos de Graduação e Pós-graduação em Geografia da Universidade
Federal da Grande Dourados - UFGD. Coordenador do Laboratório de Planejamento
Regional - LAPLAN. Rodovia Dourados-Itahum, Km 12, Unidade II, Caixa Postal 364,
CEP: 79.804-970, Dourados-MS
e-mail: alexandre Vieira@ufgd.edu.br

Resumo: A análise e compreensão da exclusão social e da invisibilidade pública dos catadores de recicláveis da Agecold em Dourados é o objetivo central desse artigo. Acreditamos que esses trabalhadores, ao estarem excluídos das oportunidades de ascensões políticas, econômicas, sociais, espaciais e, também, culturais, através do não acesso ao mercado de trabalho formal, configuram-se como sujeitos invisíveis socialmente, principalmente, pelo trabalho de catação/separação de materiais recicláveis, que apesar de fundamental importância para a sociedade, é representando como não digno de aceitação social.

Palavras-chaves: Catadores de recicláveis, Exclusão social, Invisibilidade, AGEOLD

Abstract: The analysis and understanding of social exclusion and public invisibility collector of recyclable of Agecold in Dourados is the central objective this article. We believe these workers to be excluded from opportunities ascents politics, economic, social, spatial and also cultural, through no access to the formal labor market, are configured as invisible subject socially, mainly the work of grooming/separation of recyclable materials, that in spite of fundamental importance for society, is represented as not worthy of social acceptance.

Key-words: collector of recyclable; social exclusion; invisibility, AGEOLD

Resumen: El análisis y comprensión de la exclusión social y la invisibilidad pública de los recicladores de Agecold en Dourados es el objetivo central de este artículo. Creemos que estos trabajadores, fueron excluidos de las oportunidades de ascensos política, económica, social, espacial y también culturales, a través del no acceso al mercado formal de trabajo, se configura como sujetos socialmente invisibles, principalmente, el trabajo de la separación de materiales reciclables, que a pesar de fundamental importancia para la sociedad, se representa como no digna de aceptación social.

Palabras-clave: recicladores; exclusión social; invisibilidad; AGEOLD

Introdução

Trabalhar com exclusão social requer muitos cuidados, pois vários conceitos, amplos e diversos, classificados como “conceitos guarda-chuvas” surgiram ao longo do tempo na perspectiva de encaixar a realidade no conceito elaborado. Ou seja, discute-se o conceito sem questionar sua validade para dar visibilidade ao problema que realmente representa, ou mesmo “a busca pela conceituação sem modificar ou resolver o problema” conforme aponta Vieira (2009, p.73) ao analisar a obra “O charme da Exclusão Social” de Pedro Demo (2002).

Contudo, discordamos das assertivas acima, pois entendemos que a exclusão social resulta de “uma complexidade de fatores e situações de inserção social dos indivíduos” (VIEIRA, 2009) e que por isso retira das sombras a necessidade de políticas públicas mais inclusivas e, principalmente a necessidade da distribuição da riqueza e da renda, como bem apresenta Piketty (2014).

Assim, concordamos com Guimarães et. alli. (2002, p.14), quando afirmam que:

Por mais difuso e sujeito a controvérsias, entretanto, o conceito tem a capacidade de jogar luz às facetas múltiplas do econômico, do social, do político, do psicológico e do geográfico¹ que se perdeu para cada um frente ao estado de destituição de recursos de toda espécie para o enfrentamento de suas vulnerabilidades e riscos.

É na perspectiva das suas múltiplas facetas e dimensões que o conceito de exclusão social nos possibilita revelar a condição de invisibilidade pública e de estigmatizados na qual estão inseridos os catadores de materiais recicláveis na cidade de Dourados-MS, em especial aqueles que desenvolvem o trabalho na Associação dos Agentes Ecológicos de Dourados (AGECOLD).

Neste artigo, procuraremos, primeiramente, abordar o conceito de exclusão social, revelando o debate na sua origem, os autores que questionam sua validade, bem como as múltiplas dimensões por ele reveladas para, num segundo momento, compreender como o conceito permite-nos analisar e compreender os catadores de materiais recicláveis associados à AGECOLD, sem cair na armadilha de inserirmos a realidade no conceito, conforme apontamos no início do texto.

¹ Inserção realizada pelos autores.

O debate do conceito de Exclusão Social

A discussão acerca da exclusão social é adotada, primeiramente, pela via pragmática das agendas de políticas públicas na Europa, em meados dos anos de 1970, como referência àqueles que escapavam às redes de proteção social, num momento de crise e falência do Estado de Bem-Estar Social, conforme apontam Burchardt (2000), Levitas (2000) e Costa (1998).

O debate acadêmico e conceitual surge, posteriormente, na França e na Inglaterra quando da sua popularidade, quando muito se divulga sobre ela, quando tanto dinheiro é gasto para se lutar contra ela, quanto de entidades e governos se preocupam com ela e, principalmente, quando o maior número de pessoas passar a viver nessa condição (LOZANO, 2004). Ou seja, a exclusão social enquanto conceito começa a ser formulado quando a mesma deixa de ser um problema do indivíduo e passa a ser um problema da sociedade.

Sabemos que cada sociedade se constitui como tal, portanto são dotadas de singularidades. Os conceitos, também, não são imutáveis e devem se modificar conforme as transformações na sociedade. Assim, analisar a exclusão social no Brasil é algo complexo, na medida em que tentamos importar conceitos de outras sociedades. Portanto, a compreensão do espaço/tempo de cada sociedade é de fundamental importância para entendermos que a exclusão social foi construída historicamente, através de seus mecanismos sociais, econômicos, culturais, geográficos, políticos, étnicos, de gênero que demarcam as posições sociais, as distâncias, desigualdades e diferenças entre as diferentes classes sociais.

Não podemos deixar de relatar, ainda, como nos lembra Martins (1997) que desde os tempos coloniais processos sociais excludentes estão presentes na história brasileira. Excluímos índios, camponeses, favelados, sem teto, catadores, aqueles que achamos não “dignos” de aceitação social por não possuírem os mesmos bens e terem acesso aos mesmos serviços, num determinado modelo que busca incluir uns poucos privilegiados e excluir a grande maioria, numa perspectiva de “estabelecidos”, os membros do primeiro grupo, e “outsiders” os outros, num paralelo ao apresentado por Elias e Scotson (2000).

No presente artigo, o exercício é pensar a exclusão social a partir de um grupo de “outsiders”, o grupo dos catadores de materiais recicláveis da AGEOLD, na cidade Dourados, como forma de conceber que a cidade é vivida diferentemente pelos

seus habitantes e que exclui parcelas significativas de grupos e classes sociais em diferentes dimensões.

Notamos que o direito à cidade, conforme preconizado por Lefèbvre (2001) não é respeitado quando analisamos as condições que cada um possui para usufruir e/ou viver dela/nela. O mercado formal de trabalho é seletivo e excludente, e é pautado na qualificação ou não do trabalhador. Porém, nem todos têm oportunidades para tal qualificação. Quem não tem condições de acompanhar as exigências do mercado é excluído do sistema, restando-lhes os postos de serviços informais e, principalmente, precarizados para sobreviver, como é o caso dos catadores de recicláveis².

Nesse sentido, Dupas (2000) afirma que a exclusão social é, em sua essência, multidimensional e que um dos primeiros e principais aspectos é a falta de emprego ou o desemprego de longa duração, que dificulta o acesso à moradia, lazer, cultura e educação e aos direitos humanos em geral, como segurança e saúde, dentre outros. Portanto, concordamos com Vieira (2009, p.65), quando afirma que:

O conceito de exclusão social surge sempre delimitando um processo e acompanhado por duas outras situações, que se caracterizam como transitórias, mas que se intensificam e se perpetuam para imensas parcelas da população, que são a desigualdade social e a pobreza, e que às vezes são confundidas com a exclusão social.

Ou seja, consideramos que o conceito de exclusão social, em suas múltiplas dimensões, se apresenta como fundamental para analisarmos as condições de vida, trabalho e renda na qual estão inseridos os catadores associados à AGECCOLD, pois a exclusão social na literatura brasileira é uma ferramenta analítica para as desigualdades seculares e as formas conjunturais que hoje abatem o mundo do trabalho no Brasil (MELAZZO, 2004).

Autores como Humet, Carmona e Torruela (2005) apontam que o processo de exclusão social se apresenta como estrutural, relacional, dinâmica, politizável e multidimensional. Ou seja, um processo complexo, que deve ser considerado como um problema social e não apenas individual.

Para Nascimento (1994) o processo de exclusão social se apresentaria sob cinco dimensões: dimensão histórica, dimensão espacial, dimensão econômica, a dimensão especificadamente social e a dimensão das representações sociais, as

² Não é objetivo deste texto discutir o mundo do trabalho, como o fazem Antunes (1999), Alves (2000) e Gonçalves e Thomaz Jr. (2002).

quais Vieira (2009) acrescenta mais uma, a dimensão política, com a qual concordamos.

A dimensão histórica da exclusão social remete às desigualdades e diferenças, existentes desde a Antiguidade, no acesso aos bens e direitos de todos na sociedade. Nesse caso, escravos, mulheres, índios, negros e imigrantes eram os excluídos sociais com características específicas (VIEIRA, 2005). Sendo vista pelo autor como um processo que não ocorre de um momento para outro e que atualmente continua sendo acirrada pelo modo de produção capitalista. Cada momento da história produziria seus excluídos conforme aponta Demo (2002).

A segunda dimensão, a geográfica ou espacial, reflete os processos de exclusão social que se apresentam com maior nitidez. Na escala mundial nos países africanos e também do oriente médio, nos campos de refugiados e nos deslocamentos forçados, em escala local nas periferias pobres das cidades brasileiras, fruto do processo de segregação socioespacial (VIEIRA, 2005). Processos que com a globalização se tornam ainda mais visíveis, pois as seleções de investimentos constroem espaços luminosos e espaços opacos (SANTOS, 2002).

A dimensão econômica está relacionada principalmente ao aumento das desigualdades sociais e da pobreza, levando uma grande parcela da população a ter acesso restrito aos bens de consumo básicos e simbólicos, agravado pela baixa remuneração e o desemprego estrutural (VEIRA, 2005) e, esse aumento das desigualdades sociais e da pobreza, segundo o autor, é fundamental na existência, manutenção e promoção da exclusão social.

Segundo Santos (2012, p. 52):

A ideologia da prosperidade contaminava a sociedade de alto a baixo, enriquecendo de sonhos injustificados quem jamais deixaria de ser pobre. Numa sociedade em que a pobreza se alarga e se aprofunda, a fabricação de novas necessidades agravava a vocação ao consumo, e este só é parcialmente saciado por alguns, enquanto para os pobres não contemplados, e para os novos pobres, que se criam pelo mesmo processo econômico, a revolução das expectativas crescentes renova a alimentação das esperanças: é a esperança dos inconscientes de sua condenação à pobreza.

As populações pobres não têm o seu problema maior na fome, mas sim na falta de cidadania, o que os impede de se tornarem sujeitos de sua própria história, inclusive de ver que a fome é imposta. Aceita-se que o cerne da pobreza não é carência material, mas a precariedade da cidadania (DEMO, 2002). Segundo Spasati (1998) exclusão é a negação da cidadania e que exclusão social estende essa noção

de impossibilidade de obtenção a outros elementos de natureza atitudinal, comportamental, social, etc.

Na dimensão humana, no limite da exclusão social, a vida ou a existência humana seria negada aos indivíduos ou grupos, cuja existência não interessaria a sociedade e seria limitada à sobrevivência mínima do corpo enquanto ser natural ou biológico, sendo retiradas ou negadas tanto suas necessidades materiais quanto suas necessidades subjetivas, suas vontades e seus desejos (VIEIRA, 2005)

Seriam os excluídos desnecessários, segundo Nascimento (1994), cuja existência como reserva de força de trabalho ao mercado formal não seria mais importante. Através dessa dimensão da exclusão social, o sujeito é tornado apenas mais um objeto que pode ser descartado. Suas vontades, desejos, sentimentos, necessidades, não são supridas, são invisibilizadas.

A dimensão das representações sociais seria a forma como indivíduos ou grupos sociais sujeitos a situações de exclusão são vistos pela sociedade como um todo, ou seja, tais grupos são tidos como diferentes e desnecessários para uma parcela da população (VIEIRA, 2005). E entendemos essas representações como construções no universo consensual que, segundo Arruda (2002), se apresentam nas conversas informais, quando pequenos grupos criam pensamentos e imagens negativas e/ou pejorativas sobre grupos desfavorecidos e, assim, disseminando ideias que soam como verdades que acabam sendo adotadas por grande parte da sociedade, como o discurso hegemônico de culpabilização da situação de pobreza ao indivíduo.

A sexta e última dimensão, a política, está relacionada nas possibilidades de existência e na prática da cidadania nas relações sociais, ou seja, a existência da exclusão social seria a negação da cidadania (VIEIRA, 2005). Nesse sentido, Santos (2012) nos atenta para o não cidadão, pois a cidadania não está atrelada ao consumismo, mas ao fato de as pessoas terem direitos e necessidades básicas atendidas.

Nascimento (1994) aponta que a nova exclusão social se caracteriza pela existência de grupos, aparentemente, desnecessários economicamente. Os novos parâmetros da produtividade permitem que a riqueza cresça, sem crescer a inserção das pessoas no sistema produtivo (DEMO, 2002)

A exclusão social, ainda, se apresenta, conforme Castel (1995) *apud* Sawaia (2001) como processo em que cada ruptura, em suas diferentes dimensões, leva a outra ruptura, como por exemplo, a ruptura com o mercado de trabalho formal causa

uma série de não-relações com o acesso aos serviços básicos, perda das relações afetivas, rompimento, em alguns casos, dos laços familiares, dentre outras rupturas.

As rupturas acentuam, ainda, diversas formas de segregação – cultural, espacial, étnica, as desigualdade econômicas, e imateriais.

Assim, podemos afirmar que conceito de exclusão social está mais próximo, como oposição, ao de coesão social, ou, como sinal de ruptura, do de vínculo social (NASCIMENTO, 1994).

Segundo Vieira (2005, p.23):

Poderíamos definir exclusão social como um conceito amplo, refletindo um processo complexo de múltiplas dimensões (histórica, política, social, espacial, subjetiva, material, etc), resultante das desigualdades sociais construídas historicamente, sendo, portanto, expressão das contradições do sistema capitalista e não como resultado de fatalidades e, também, um processo dialético ou relacional – só existe exclusão em relação à inclusão.

Problema esse que não pode ser combatido através de assistencialismos. Demo (2002) afirma que a inclusão exige muito mais do que isso, sobretudo, inserção laboral e supremacia da cidadania. O sujeito, dessa forma, não estaria incluído como cidadão. O autor diz que no capitalismo o processo de inclusão social passa pelo mercado.

Demo (2002, p. 44) aponta, ainda, que na perspectiva capitalista clássica liberal é cada vez mais exigente e fundamental a cidadania competitiva, atrelada ao mercado, para evitar a cidadania política questionadora do sistema como tal. O problema da competitividade é quem nem todos têm condições de competir. Sobre isso, Nascimento (1994) salienta que a inserção no mundo do trabalho formal, industrial, possibilita ao indivíduo o ingresso no espaço cidadão, aprisionando na exclusão os restantes.

Martins (1997) propõe pensarmos em incluídos precários. Nesse sentido, podemos compreender como inclusão precária se entendermos apenas na lógica do mercado, ou seja, estão incluídos no mercado de trabalho, mesmo sendo explorados e desvalorizados, mas com o pouco que possuem podem consumir mais produtos, pois sua precariedade interfere no processo de produção de mercadorias e reprodução do capital. Mas, no caso dos catadores de materiais recicláveis, o mesmo trabalho que lhe dá a oportunidade de estar inserido no mercado é a condição de exclusão social e de invisibilidade.

A exclusão causa perdas importantes como: autoestima, identidade social, confiança, esperança, etc.; vínculos são quebrados e junto com eles os sonhos. O indivíduo não se sente pertencente à sociedade. Nascimento (1994) diz que os excluídos não são apenas objeto de discriminação social. Aos poucos passam a ser percebidos como indivíduos socialmente ameaçantes e, por isso mesmo, passíveis de serem eliminados.

Subjetividades que também podem ser sentidas com o tipo de trabalho que venham desempenhar, pois algo que traga certo desconforto perante a sociedade ocasiona essas mesmas perdas, conforme demonstraremos a seguir, ao analisarmos os trabalhadores da AGECOLD.

Os invisíveis e excluídos: os catadores de materiais recicláveis

O processo de exclusão social pode ser materializado no trabalho de catação de materiais recicláveis. Os catadores, contraditoriamente, se tornam visíveis quando notamos que são pessoas excluídas socialmente. A exclusão social só faz aumentar, enquanto a riqueza, pelo menos por enquanto, não para de crescer (DEMO, 2002).

Gonçalves (2006, p. 43) aponta que:

Nesse trágico espetáculo em que seres humanos têm como única saída para continuar obtendo uma renda que lhes permita sobreviver minimamente, garimpar, vender, comer e misturar-se ao lixo produzido por outros seres humanos, por mais difícil que possa parecer, ganha na atualidade grandes dimensões e, ao mesmo tempo, uma “invisibilidade” no tecido social construído pela sociedade do capital.

O catador, como sujeito principal da cadeia produtiva da indústria da reciclagem, pois sem ele pouco seria recolhido, está às margens do processo, precarizado e invisível. E assim deve ser, no discurso.

A exclusão social também é analisada através da privação ao acesso a algo que pretendemos alcançar. Como é um processo, entendemos que uma privação desencadeia em outras privações. Todos podem ser tocados pela exclusão, mas é claro que este risco é desigualmente repartido (DEMO, 2002).

Ela também pode ser sentida através de preconceitos com o que se faz, a forma como se veste, pelo que possuímos – temos que andar na moda – o local onde trabalhamos, estudamos, frequentamos, moramos, etc. Segundo Sawaia (2001, p.98):

É no sujeito que se objetivam as várias formas de exclusão, a qual é vivida como motivação, carência, emoção e necessidade do eu. Mas ele não é uma mônada responsável pela sua situação social e capaz de, por si mesmo superá-la. É o indivíduo que sofre, porém, esse sofrimento não tem a gênese nele, e sim em intersubjetividades delineadas socialmente.

O trabalho de catação de recicláveis é tido na sociedade como um trabalho subalterno, que o indivíduo só o realiza quando não tem mais nenhuma alternativa. A condição de excluído é-lhe imputada do exterior, sem que para tal tenha contribuído direta ou mesmo indiretamente (NASCIMENTO, 1994) e revela a perspectiva da dimensão da representação social para o processo.

A questão da invisibilidade também está ligada a exclusão social, pois, em uma das suas dimensões, principalmente a econômica, através da inserção ou não no mercado de trabalho formal e, também, o não trabalho, que acarretam processos de estigmatização e de invisibilidade. Costa (2008, p. 16) salienta:

Trata-se, portanto, de uma forma de violência simbólica e material que vem oprimir cidadãos das classes pobres, na cidade ou no campo. É um fenômeno que, por essa razão, não pode ser suficiente e certamente investigado à distância do oprimido. À distância de quem vive por dentro sua ação corrosiva.

Costa (2008, p. 15) aponta, ainda, que “a invisibilidade pública, desaparecimento intersubjetivo de um homem no meio de outros homens, é expressão pontiaguda de dois fenômenos psicossociais que assumem caráter crônico nas sociedades capitalistas: humilhação social e reificação”.

A humilhação social é expressão da desigualdade política, indicando exclusão intersubjetiva de uma classe inteira de homens do âmbito público da iniciativa e da palavra, do âmbito da ação fundadora e do diálogo, do governo e da cidade e do governo e do trabalho. Constitui, assim, um problema político (COSTA, 2004).

A exclusão social, não apenas como discriminação social, mas como expulsão do espaço de iguais ou não-reconhecimento de direitos a outros, considerando-os como não-semelhantes, é uma ameaça à modernidade, pois, inseridos neste processo, os indivíduos tornam-se, em primeiro lugar, desnecessários economicamente. Perdem qualquer função produtiva e passam a se constituir em um peso econômico para a sociedade (do mundo do trabalho) e para o Estado (NASCIMENTO, 1994).

Costa (2008, p. 15-16), ao tratar de invisibilidade pública salienta:

A invisibilidade pública – construção social e psíquica – tem a força de ressecar expressões corporais e simbólicas dos humanos então apagados. Pode abafar a voz e baixar o olhar. Pode endurecer o corpo e seus movimentos. Pode emudecer os sentimentos e poder fraquejar a memória. Faz esmorecer – em todos estes níveis – o poder de aparição de alguém.

Invisíveis no sentido social. Passamos a não enxergar o outro como capaz de alcançar algo melhor. Desdenhamos do trabalho que realizam³, de como se apresentam na cidade e como dela usufruem e produzem.

Os catadores de materiais recicláveis também se sentem invisíveis, pois, durante uma das entrevistas em trabalho de campo, um deles relatou sorridente que “um dia eu estava catando e um povo da TV Morena me parou lá na rodoviária e fez umas perguntas pra mim”. “A gente também existe né!?”. “Foi um dos dias mais felizes da minha vida”.

Aparecer e, através de uma câmera ser notado, fez surgir um sentimento de importância. Ser útil. O trabalhador desvalorizado tem/teve valor. “A gente também existe né!?”. A felicidade esteve em existir para alguém.

Segundo Costa (2008, p.15), “A invisibilidade pública é resultado de um processo histórico de longa duração. Rebaixa a percepção de outrem, especialmente a percepção de alguém vinculado à forma baixa do trabalho assalariado, o trabalho desqualificado, alienado e alienante”.

O que brota da percepção de não aparecer para os outros é a sensação de existirmos como coisa, um esvaziamento. Passamos a conta como se fôssemos um item paisagístico. Um poste, uma árvore, uma placa de sinalização de trânsito, um orelhão, uma pessoa em uniforme de gari na atmosfera social: todos parecem valer a mesma coisa (COSTA, 2004).

A invisibilidade pública, condição não natural a que um homem pode ser submetido, forma-se entre “cegos superiores” e “subalternos invisíveis” (COSTA, 2004). A condição de superioridade, que está enraizada em quem possui um trabalho considerado melhor que o outro, é a causa do que o autor denomina, cegueira, e, nesse mesmo processo, invisibiliza os catadores.

³ Como foi exposto recentemente, pelos alunos do terceiro ano do Ensino Médio do Colégio Marista e da Instituição Evangélica de Novo Hamburgo (IENH), no Rio Grande do Sul, na festa “Se nada der certo”, na qual os alunos foram fantasiados de garçons, faxineiras, atendentes do McDonalds, porteiros e outras profissões que julgam ser inferiores. Para maiores informações ver <http://www.revistaforum.com.br/2017/06/06/depois-de-festa-se-nada-der-certo-filho-de-porteiro-da-resposta-contundente-ao-colegio-marista/> Acesso em 07/06/2017.

Em Dourados, alguns destes trabalhadores invisibilizados e excluídos, desenvolvem suas atividades na AGECOLD (Associação dos Agentes Ecológicos de Dourados), associação que teve suas atividades iniciadas no ano de 2001, a partir de uma iniciativa frustrada de Cooperativa, a COOPERCARD, conforme aponta Melo (2012, p. 42):

Com o passar dos meses e sem alcançar um rendimento satisfatório a maior parte dos trabalhadores retornou ao trabalho individual, o que inviabilizou a existência da COOPERCARD, já que juridicamente o grupo que permaneceu não poderia continuar enquadrado como cooperativa. Desta forma, passou a condição de Associação para continuar existindo juridicamente, fundou-se então a Associação dos Agentes Ecológicos de Dourados – AGECOLD. O grupo fez o movimento inverso ao que tem ocorrido com os catadores organizados, que é transformar Associação em Cooperativa.

Notamos que há uma instabilidade e uma rotatividade muito grande entre os integrantes da associação, que se apresenta como um dos principais elementos negativos para sua consolidação e a não formação de uma cooperativa.

Atualmente, a AGECOLD possui 12 trabalhadores, sendo 7 homens e 5 mulheres, que trabalham na separação e prensagem do material entregue na associação pela empresa que realiza a coleta do lixo domiciliar e reciclável na cidade de Dourados.

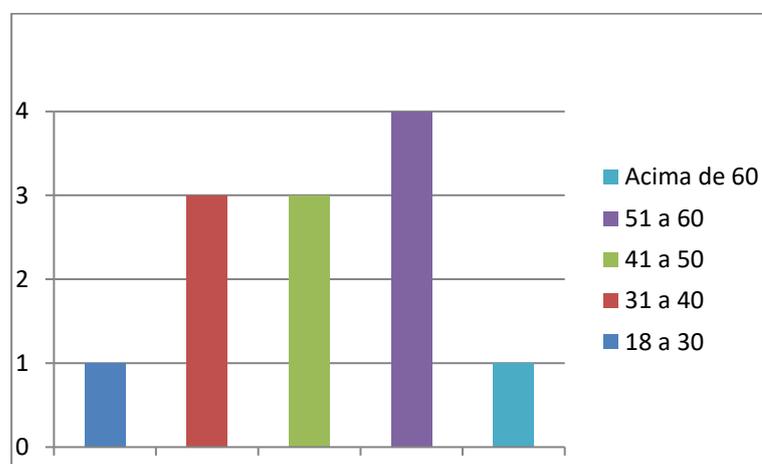
Apesar de a quantidade de homens ser maior que a de mulheres, os trabalhos de triagem, separação e prensagem desempenhados na AGECOLD, são desempenhados igualmente por todos. A exceção é a hora de amarrar a carga de papelão com o arame em que os homens ficam responsáveis. Ou seja, não há uma hierarquização de gênero nas atividades dos associados.

Há apenas uma única associada presente desde a formação inicial, em 2001, até os dias de hoje e, segundo ela, o número de associados nunca permanece o mesmo, pois a entrada e saída de trabalhadores é constante, devido, principalmente, a precariedade do trabalho e a baixa remuneração mensal, que variava em torno de R\$700,00 em outubro de 2015. Ou seja, a AGECOLD, reafirma e reforça a invisibilidade e a exclusão dos catadores que a tornam uma associação fragilizada, que não se consolida, ao contrário de outras experiências, como por exemplo a criação de cooperativas em outras localidades, como aponta Gonçalves (2006).

No que diz respeito à faixa etária desses trabalhadores (gráfico 1), quatro deles têm entre 51 a 60 anos e um acima dos 60 anos, ou seja, pessoas com uma idade avançada, que não encontram mais empregos no mercado formal de trabalho ou estão sendo descartadas dele, ou seja, os excluídos desnecessários apontado por Nascimento (2004), numa perspectiva da dimensão econômica e, também, da representação social, no que tange aos idosos.

Esses dados contrastam diferentemente dos dados de 2011, quando Melo (2012) detectou que a maior parte dos associados (cinco), estavam entre 18-30 anos e outros quatro entre 41-50.

Gráfico 1 – Trabalhadores da AGECOLD - faixa etária



Fonte: Trabalho de Campo, 2015. Org. do autor

Notamos que a maioria dos associados, sete trabalhadores, são classificados entre a população economicamente ativa, sendo que três deles estão na faixa etária de 31 a 40 anos e outros três na faixa etária de 41 a 50 anos, além de um trabalhador com 18 anos de idade, revelando que o desemprego formal e o trabalho precário atinge trabalhadores de diferentes idades e que se mantém por longos períodos, senão sempre, quando observamos as ocupações que os 12 trabalhadores desempenhavam anteriormente: trabalhadores braçais, domésticas, ajudante de pedreiro, atendente, trabalhos em usina, quando somente dois eram registrados.

Estas informações demonstram que os trabalhadores da AGECOLD, em sua maioria, sempre estiveram e permanecem na situação de precariedade e de exclusão do mercado formal de trabalho.

O trabalhador com idade acima dos 60 anos é um senhor que, devido as condições físicas, não aguenta mais realizar o trabalho braçal (limpeza de terrenos, ajudante de pedreiro) que realizava antes e, há oito anos, faz da catação sua fonte de

renda, ao contrário da maioria dos outros catadores, que estão há alguns meses no trabalho da catação.

Catadores que chegaram a AGEOLD através de informações, principalmente de vizinhos, sobre a disponibilidade de trabalho na associação e falta de opções no mercado formal de trabalho e devido à falta de capacitação que possuem. Há, entre os 12 trabalhadores, dois catadores que cumprem pena no regime semiaberto de Dourados – sendo um deles indígena – e realizam seus expedientes na associação e, no período noturno, retornam ao presídio. Dessa forma, estão vulneráveis aos preconceitos e a exclusão social, seja como presidiário, como indígena ou como catador. Contudo, notamos que internamente, na associação, isso não ocorre, pois não há discriminação entre seus parceiros.

O catador mais jovem da AGEOLD, com 18 anos de idade e baixa escolaridade, relatou que não consegue encontrar emprego e que a associação é o único lugar que lhe propicia trabalho, mas, almeja outras oportunidades e que vai tentar realizar cursos técnicos nas áreas de informática e elétrica (eletricista) para possíveis empregos.

O jovem e outros dez trabalhadores possuem apenas o ensino fundamental incompleto (tabela 1). A maioria não vislumbra frequentar cursos técnicos, pois, segundo os relatos acreditam no crescimento da cooperativa. A exceção é uma associada, que possui ensino médio completo e diz estar na associação por falta de outra atividade remunerada no momento. Aqui podemos revelar as dimensões históricas e sociais da exclusão social.

Tabela 1 – Grau de escolaridade dos membros da AGEOLD, 2015.

	Homens	Mulheres	Total
Ensino Fundamental Incompleto	7	4	11
Ensino Médio Completo	-	1	1

Fonte: Trabalho de Campo, 2015. Org. do autor

Interessante notar a contradição entre o discurso pela permanência da maioria na AGEOLD, na perspectiva de crescimento/desenvolvimento da associação e o tempo de permanência dos associados, pois, a quase totalidade deles (dez) tem menos de 1 ano de trabalho na associação, com alguns com 2 a 3 meses apenas, resultado do que relata a única integrante fundadora: “quando sentem que estão ganhando pouco, eles simplesmente abandonam a associação”.

Além da baixa remuneração, a precariedade do trabalho reforça a fragilidade da associação.

A precariedade do trabalho desenvolvido na AGECOLD pode ser entendida conforme salienta Melo (2012, p. 61):

Entre os elementos que marcam esse nível de precariedade podemos ressaltar o baixo rendimento, falta de infraestrutura para realização do trabalho, uma rotatividade muito grande dos trabalhadores, o que impede uma formação mais intensa e continuada deste grupo de trabalhadores catadores, contribuindo para uma (des)organização política e de trabalho, que contribui para que haja uma variabilidade na renda obtida, considerada como sendo distante do ideal para a reprodução destes trabalhadores.

Dificuldades que poderiam ser amenizadas ou solucionadas através de uma melhor organização política na própria associação e, principalmente, a partir de incentivos do Poder Público Municipal que, implementando as diretrizes da Lei Federal 12.305 de 02/08/2010 – que aborda a Política Nacional de Resíduos Sólidos e também questões relacionadas aos resíduos recicláveis, cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis, no artigo 6º, quando destaca: “VIII - o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania” – beneficiaria os catadores, aumentando suas rendas, conforme demonstra o trabalho de Gonçalves (2006).

Revela-se, assim, a dimensão política da exclusão social e da invisibilidade dos trabalhadores da AGECOLD, quando lhes é negada a possibilidade de valorização do trabalho desenvolvido.

Assim, constatamos que o catador é excluído pelo trabalho que tem, mas antes disso já foi excluído em todas as outras dimensões (econômica, política, social, cultural, histórica), pois para chegar ao nível de trabalho que desempenha e enfrentar os preconceitos da sociedade já provou muitas rupturas. Conforme Costa (1998) são pessoas destituídas de poder: econômico, social, cultural, espacial, etc.

Os catadores da AGECOLD são destituídos políticos porque não possuem voz para pressionar as autoridades. Inferiorizam-se porque antes foram inferiorizados. Não tem a quem recorrer para melhorar sua condição. Não conhecem ou não fazem parte de nenhum sindicato ou associação voltado a lutar pelos seus direitos.

Socialmente são excluídos pela sociedade que não faz questão de os notarem, são tornados invisíveis (COSTA, 2004). Esquecidos socialmente, sendo

incômodo para o Estado. Os pobres passam a ser vistos como economicamente supérfluos, socialmente ameaçadores e politicamente incômodos, sendo vistos como uma ameaça à ordem social (NASCIMENTO, 2004). São ameaçadores porque, a qualquer momento, podem se revoltar e, através de movimentos, lutarem por melhorias que seriam uma ameaça à ordem social vigente.

A tensão dos que praticam as desigualdades, pois o medo está presente a todo instante e, segundo o autor, “a humanidade se divide em dois grupos: o grupo dos que não comem e o grupo dos que não dormem, com medo da revolta dos que não comem” (CASTRO, 1946).

Assim, pensamos na problemática dos catadores como indivíduos *outsiders* na sociedade douradense. Aqueles que “vivem” a cidade de forma diferente, camuflados, excluídos das oportunidades de desenvolvimento pessoal, intelectual, econômico, político e cultural.

Considerações Finais

Entendemos que a exclusão social tem seu oposto, a inclusão social, que se consolida através da possibilidade do exercício da cidadania, que se sobrepõe a condição de meros consumidores, na busca por direitos universais e coletivos, em suas múltiplas dimensões.

Trabalhar na perspectiva de exclusão social e da invisibilidade é uma forma de tornar os excluídos visíveis. Dar visibilidade àqueles que estão presentes, aqui e ali, mas que a sociedade se esforça em não enxergar. Sua presença física não é sentida socialmente. Ser notado não é sinônimo de ser visto e sim de ser percebido enquanto cidadão.

O trabalho que invisibiliza os catadores somente tem maior aceitação social para as pessoas que não desempenham função de trabalho algum. Esses são os vagabundos, vadios, marginais, bandidos, segundo o julgamento da sociedade. Dessa forma concluímos que o sujeito, para ser aceito na sociedade, deve trabalhar, mas não em qualquer tipo de trabalho, tendo que estar nos moldes da aceitação. E mais excluído ainda estão os sem trabalho.

A ruptura econômica, que se dá através da exclusão do mercado de trabalho formal, é uma das principais causas para que se iniciem outras rupturas, em âmbitos sociais, geográficos, econômicos e também afetivos. O sujeito pode desenvolver uma

série de não relações com a sociedade o que caracterizaria como o extremo da exclusão social.

Constatamos, que a maioria dos associados da AGEOLD nem sequer conseguiram adentrar a esse mercado de trabalho formal. Portanto, estão excluídos das oportunidades. Trabalhadores que já estavam na informalidade e na precariedade e que tendem a se perpetuar nesta condição. Pois, quando questionados se frequentou ou frequenta curso profissionalizante, somente dois dos doze responderam que o pretendem fazer. A baixa escolaridade não os possibilitam competir em igualdade com grande parte da sociedade por melhores postos de trabalho.

Informalidade não é sinônimo de precariedade. Contudo, nesse caso específico, ela contribui para acentuar a exploração do trabalho e do trabalhador. Aquilo que é mal organizado, mal pago, precário. Que não podemos entender como trabalho digno, na medida em que, não nos imaginamos desempenhando a mesma função.

Entendemos também que a AGEOLD, através de políticas que visem o seu desenvolvimento, tende a oferecer melhores condições de trabalho e salários aos associados e inserindo outros, possibilite-os maior visibilidade e inclusão social.

Demo (2002) aponta que a falta de cidadania é algo preocupante, não para as empresas e nem para o governo, mas para a sociedade. Estamos apenas escrevendo o atual capítulo da pobreza, pois sabemos que cada momento a história produz seus “pobres” e seus “excluídos”.

O catador vende aquilo que tem, ou seja, a sua força de trabalho para o capital. O salário pago só dá para as despesas básicas enquanto o capitalista fica cada vez mais rico. As oportunidades não foram/são iguais para todos, isso conta na construção da sociedade e como ela se encontra atualmente. Julgamos o outro sem saber a sua trajetória.

A ideia de globalizar culturas, informações, mercados, ideias, talvez funcione para alguns poucos, os 1% da população mundial. Não se globalizam as oportunidades. Mas o que a globalização tem estampado e muito é a pobreza e exclusão social, que se tornam também globais.

O mesmo poder que o discurso tem para criar exclusões ele possui para extingui-la, basta mudarmos sua política, ou seja, sua ideologia. Não podemos confundir cidadão com consumidor, pois o cidadão além de conseguir atender suas necessidades de consumo consegue também atender suas necessidades básicas tendo acesso a moradia, educação, transporte, alimentação, etc.

Devemos pensar uma sociedade intercultural, que implica no diálogo entre as diferentes culturas, na qual devemos reconhecer que a diferença distingue, mas não divide. Através do contato com outras culturas pensamos então em hibridização cultural.

Buscamos então, um novo modelo de sociedade. Esse ainda não existe, mas temos a consciência que não deve ter nenhuma base no capitalismo, longe desse modelo que acirra as diferenças, as desigualdades, a competitividade, a pobreza, a discriminação, a exclusão, etc.

Um modelo que inclua sujeitos – como os catadores – nas dinâmicas de trabalho dignas para se viver bem e ter acesso ao que a cidade tem a oferecer a todos. Assim, catadores, garis, domésticas, pedreiros, rappers, indígenas, camelôs e tantos outros que vivem às margens da sociedade possam ter condições de se constituírem como cidadãos.

Portanto, concluímos que os catadores associados à AGEOLD foram e estão excluídos das oportunidades, pois são sujeitos que participam das invisibilidades sociais produzidas pela própria sociedade enquanto representações. Tornando esses sujeitos incapazes de ascenderem política, econômica, espacial, social e culturalmente, na medida em que, são sujeitos “ocultos” na sociedade.

Referências Bibliográficas

- ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo: Boitempo, 2000. 365p.
- ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- ARRUDA, A. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. **Cadernos de Pesquisa**. n. 117, 2002. p.127-147.
- BURCHARDT, T. Social exclusion: concepts and evidence. In: GORDON, D. & TOWNSEND, P. (Eds.) **Breadline Europe: the measure of poverty**. Bristol, U.K.: The Policy Press, 2000.
- CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: a fome no Brasil**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1946.
- COSTA, A. B. **Exclusões Sociais**. Lisboa: Gradiva, 1998.

COSTA, F. B. – **Garis- um estudo de psicologia sobre invisibilidade pública.**

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2002.

_____. **Moisés e Nilce: retratos biográficos de dois garis: um estudo de psicologia social a partir de observação participante e entrevistas.** Tese. São Paulo: USP- Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2008.

DEMO, P. **O charme da Exclusão Social** – 2. Ed. rev. – Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social: Pobreza, Emprego, Estado e o Futuro do Capitalismo.** São Paulo: Paz e terra, 2000.

ELIAS, Norbert e SCOTSON, Jhon . **Estabelecidos e outsiders.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

GONÇALVES, M. A. **O trabalho no lixo.** 2006. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente

_____ e THOMAZ JR. Antonio. Informalidade e precarização do trabalho: uma contribuição à geografia do trabalho. In.: **Scripta Nova: Revista electrónica de geografía y ciencias sociales** Universidad de Barcelona. Vol. VI, núm. 119 (31), agosto de 2002.

GUIMARÃES, Ana. A.; MELAZZO, Everaldo. S.; GUIMARÃES, Raul. B. e MAGALDI, Sérgio. B. *A Propósito do debate sobre Exclusão Social: Aportes Teóricos, Escala Local e Indicadores Sociais.* Contribuições Científicas - XIII Encontro Nacional de Geógrafos. João Pessoa – PB: *Anais*, AGB, julho de 2002. CD-Rom.

HUMET, Joan Subirats, CARMONA, Ricard Gomà y TORRUELLA, Joaquim Brugué (Coords.) **Análisis de los factores de exclusión social.** Barcelona: Fundação BBVA, 2005

LEFÈBVRE, Henry. **O direito à cidade.** 5. ed. São Paulo: centaur, 2001.

LEVITAS, R. What is social exclusion? In: GORDON, D & TOWNSEND, P. (Eds.). **Breadline Europe: the measure of poverty.** Bristol, U.K.: The Policy Press, 2000.

LOZANO, Enrique Raya. (org.) **Exclusión /inclusión social em la ciudad de Granada.** Granada: Editorial Maristán. 2004

MARTINS, J. S. **Exclusão Social e a nova desigualdade.** São Paulo: editora Paulus, 1997.

- MELAZZO, E. S. Problematizando o conceito de exclusão social: elementos para uma reflexão sobre velhas e novas desigualdades no Brasil. In: **Revista FORMAÇÃO: Conceitos Geográficos**, Presidente Prudente, n. 11, v. 1, 2004. p. 45 – 72
- MELO, D. F. **A Associação dos Agentes Ecológicos de Dourados – MS e a Coleta Seletiva dos Resíduos Recicláveis**. Relatório de Iniciação Científica apresentado ao CNPq, Nova Andradina, 2012.
- NASCIMENTO, E. P. Hipóteses sobre a nova exclusão social: dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. **Cadernos CRH.**, Salvador, n.21. p.29-47, jul./dez.1994
- PIKETTY, Thomas. **O Capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS LEI Nº 12.305, DE 2 DE AGOSTO DE 2010.
- SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: EdUSP, 2012.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2002.
- SAWAIA, B. **As artimanhas da exclusão – análise psicossocial e ética da desigualdade social**. São Paulo: Vozes, 2001
- SPOSATI, A. **Exclusão social abaixo da linha do Equador**. Trabalho apresentado no Seminário sobre Exclusão Social, Puc/SP, Maio de 1998.
- VIEIRA, Alexandre B. **Mapeamento da exclusão social em cidades médias: interfaces da Geografia Econômica com a Geografia Política**. 194f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente. 2009.
- _____. **O lugar de cada um: indicadores sociais de desigualdade intraurbana**. 2005, 169f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente.

Recebido em: 17/11/2015

Aprovado para publicação em: 18/01/2016